

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/19681	29354/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Protocolo de Gestão Partilhada da Máquina de Rastos (Bulldozer) Intermunicipal + NORMATIVO DE UTILIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA MÁQUINA DE RASTOS		
Unidade Administrativa		
DJ - DAAJ - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Considerando que:

- Na sequência das deliberações aprovadas pelo Conselho Intermunicipal da CIM do Cávado, em reunião realizada em 17 de abril de 2026, foi aprovada a implementação de um modelo de gestão partilhada de uma máquina de restos intermunicipal, marca Komatsu, modelo D65EX-18E, n.º de série 96842, destinada à execução de ações de prevenção estrutural, mitigação e gestão do risco de incêndios rurais;
- No âmbito desse modelo de gestão partilhada, foi atribuída a cada município integrante da CIM do Cávado uma disponibilidade anual de 21 dias de trabalho, mantendo-se igualmente a afetação prioritária do equipamento para eventuais ações de apoio ao combate a incêndios rurais, sempre que tal se revele necessário;
- O equipamento em causa encontra-se vocacionado para a execução de trabalhos de abertura e manutenção de faixas de gestão de combustível, beneficiação e manutenção da rede viária florestal, possuindo capacidade operacional para atuar em terrenos com declives até 35 graus, constituindo-se, assim, como um recurso relevante para o reforço da capacidade municipal de prevenção e resposta aos incêndios rurais;
- Nos termos do Normativo de Utilização e Operacionalização da Máquina de Rastos (Bulldozer), são os encargos anuais suportados pela CIM do Cávado e repartidos proporcionalmente pelos municípios aderentes, incluindo o valor a pagar seguro da máquina, manutenção assegurada pelo representante oficial da marca e encargos de natureza jurídica e administrativa associados ao protocolo;
- Para assegurar a operacionalização do equipamento durante o período atribuído ao Município de Braga, foi solicitado orçamento à Associação Florestal do Cávado (AFC), entidade com a qual o Município mantém já uma relação de parceria institucional e que dispõe de



experiência técnica na área da proteção florestal, nomeadamente em operações com recurso a meios mecânicos pesados no âmbito da prevenção, gestão de combustíveis, manutenção de infraestruturas florestais, primeira intervenção, combate e rescaldo de incêndios rurais;

6. De acordo com o Orçamento n.º 008 apresentado pela AFC, será assegurado o fornecimento de manobrador especializado, operacional de apoio, viatura de apoio, acompanhamento técnico especializado, bem como combustível e AdBlue;

7. Importa ainda referir que os operacionais afetos à execução destes trabalhos serão exclusivamente dedicados a esta operação, não integrando as equipas de sapadores florestais já abrangidas pelos protocolos de colaboração existentes entre a AFC e o Município de Braga;

8. O encargo anual estimado para o Município de Braga ascende ao montante aproximado de 18.439,70 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor aplicável aos serviços contratados;

9. Conforme informação do Serviço Municipal de Proteção Civil, a adesão a este protocolo revela-se a opção mais adequada do ponto de vista técnico-operacional, por permitir dotar o Município de um meio pesado de rastos atualmente inexistente no parque de máquinas municipal, essencial para a prevenção estrutural e mitigação do risco de incêndios rurais, bem como para reforço da capacidade de resposta em matéria de proteção civil;

10. Mais se considera que a solução proposta se mostra economicamente mais vantajosa face à aquisição de equipamento próprio e igualmente mais eficiente do que a contratação isolada no mercado, na medida em que assegura uma solução integrada, com recurso a meios humanos, apoio técnico, logística e disponibilidade prioritária em contexto de emergência.

Mais considerando que:

11. A presente iniciativa enquadra-se nas atribuições legalmente cometidas aos municípios em matéria de proteção civil, ambiente e ordenamento do território, designadamente nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

12. Atendendo ao interesse público subjacente à prevenção e mitigação do risco de incêndios rurais, bem como ao enquadramento legal e financeiro da presente operação, entende-se estarem reunidas as condições para aprovação do protocolo, estando também assegurada a regularidade financeira dos encargos dele resultantes, através do n.º sequencial de cabimento 101987, e compromisso n.º 136548.

ASSIM, PROPÕE-SE QUE O EXECUTIVO MUNICIPAL DELIBERE APROVAR:

a. A Proposta de Protocolo de Gestão Partilhada da Máquina de Rastos (Bulldozer) Intermunicipal, constante do documento anexo ao processo;

b. Que, nos termos da alínea a) do artigo 4.º do referido protocolo, seja nomeado como interlocutor para acompanhamento da execução do protocolo, durante a sua vigência, o Chefe da Unidade Técnico-Florestal, Eng. Nuno Trigo, e, nas suas ausências e impedimentos, o dirigente do Serviço Municipal de Proteção Civil.



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Protocolo de Gestão Partilhada da Máquina de Rastos (Bulldozer) Intermunicipal

Considerando que:

- a) Nos termos da alínea e) do número 2 do artigo 81.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete às Comunidades Intermunicipais assegurar a articulação das atuações entre os Municípios e os serviços da Administração Central nas áreas da segurança e proteção civil;
- b) O território da Comunidade Intermunicipal (CIM) do Cávado apresenta características biofísicas, morfológicas e de ocupação do solo suscetíveis de potenciar a ignição e propagação de incêndios rurais de grande dimensão, impondo-se o reforço da capacidade preventiva e de resposta no âmbito da gestão integrada do risco de incêndio rural;
- c) A prevenção, mitigação e gestão integrada do risco de incêndio rural exigem uma atuação concertada, planeada e tecnicamente sustentada, com racionalização e partilha eficiente dos meios disponíveis à escala intermunicipal;
- d) A CIM Cávado celebrou um contrato de comodato com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF), através do qual lhe foi disponibilizada uma máquina de rastos (Bulldozer – marca Komatsu, modelo D65EX-18E0, n.º de série 96842), adiante designada por MR;
- e) Existe a necessidade de se definirem um conjunto de obrigações e responsabilidades, técnicas e financeiras, que enquadrem o relacionamento entre a Comunidade Intermunicipal do Cávado e os Municípios Associados utilizadores deste equipamento a definir;
- f) A correta utilização, formalização dos pedidos de utilização, critérios de afetação e priorização, Entrega, Receção e Registos do referido equipamento será definida no ***Normativo de Utilização e Operacionalização da Máquina de Rastos (BULLDOZER)*** a aprovar em reunião de Conselho Intermunicipal.

Entre:



Comunidade Intermunicipal do Cávado, abreviadamente designada por CIM Cávado, com sede Rua do Carmo, 29, em Braga, pessoa coletiva n.º 508779472, adiante designada como 1º Outorgante, legalmente representada por Mário Constantino, na qualidade de Presidente do Conselho Executivo, da CIM Cávado, com poderes para o ato conforme deliberado pelo Conselho Intermunicipal de 17 de abril 2026, que assume a coordenação da parceria, à qual é atribuída a designação de entidade coordenadora;

e

Município de Amares, com sede no Largo do Município, 4720-058 Amares, pessoa coletiva n.º 506797627, adiante designada como 2º Outorgante, legalmente representada por Emanuel Magalhães na qualidade de Presidente da Câmara Municipal;

e

Município de Barcelos, com sede no Largo do Município, 4750-323 Barcelos, pessoa coletiva n.º 505584760, adiante designada como 3º Outorgante, legalmente representada por Mário Constantino, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal;

e

Município de Braga, com sede na Praça do Município, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, adiante designada como 4º Outorgante, legalmente representada por João Rodrigues, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal;

e

Município de Esposende, com sede na Praça do Município, 4740-223 Esposende, pessoa coletiva n.º 506617599, adiante designada como 5º Outorgante, legalmente representada por Carlos Silva, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal;

e

Município de Terras de Bouro, com sede no Largo Padre Martins Capela, 4840-100 Terras de Bouro, pessoa coletiva n.º 506907619, adiante designada como 6º Outorgante, legalmente representada por Manuel João Sampaio Tibo, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal;

e

Município de Vila Verde, com sede na Praça do Município, 4730-733 Vila Verde, pessoa coletiva n.º 506641376, adiante designada como 7º Outorgante, legalmente representada por Júlia Fernandes, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal;



Nos termos considerados anteriormente é celebrado o presente protocolo de articulação e gestão conjunta da máquina de rastos nos territórios da CIM Cávado e que se regerá nos termos previstos nas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objeto e Âmbito)

O presente Protocolo estabelece os procedimentos cedência da Máquina de rastos afeta à CIM Cávado, no âmbito das ações de prevenção, mitigação e gestão do risco de incêndios rurais, em conformidade com o contrato de comodato celebrado entre a CIM Cávado e o ICNF em 11 de março de 2026.

Cláusula 2.ª

(Meios e Recursos)

A Comunidade Intermunicipal do Cávado disponibiliza a máquina de rastos (Bulldozer – marca Komatsu, modelo D65EX-18E0, n.º de série 96842) para gestão partilhada entre os municípios.

Cláusula 3.ª

(Obrigações da CIM Cávado)

Compete à CIM Cávado:

- a. Acompanhar a execução do presente protocolo através da designação de um técnico;
- b. Garantir o reporte trimestral do trabalho mecânico executado pela máquina de rasto.
- c. Zelar, conjuntamente com os municípios, pelo bom estado de funcionamento do equipamento;
- d. Promover, em articulação com os Gabinetes Técnicos Florestais Municipais, a elaboração de um planeamento anual das intervenções a realizar ao abrigo do presente protocolo;
- e. Garantir o apoio técnico à boa implementação do protocolo e a articulação com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), sempre que seja necessário;
- f. Assegurar a cobertura de eventuais danos de responsabilidade civil decorrentes;
- g. Assegurar a manutenção do equipamento junto de representante autorizado da marca, obrigando-se ainda a promover, atempadamente, a realização de revisões, reparações, inspeções periódicas e demais intervenções necessárias;
- h. Prestar toda a informação relativa ao cumprimento do presente protocolo aos municípios;



- i. Receber e analisar todas as reclamações que os municípios vierem a efetuar sobre o funcionamento do equipamento.
- j. Sempre que o risco de incêndio o justifique e seja identificada a necessidade pelo ICNF, os municípios compromete-se a pré-posicionar o equipamento em local a definir, no território da NUTS III Cávado, garantindo a sua rápida disponibilidade para ações de apoio ao combate a incêndios rurais, dentro das possibilidades logísticas e operacionais do próprio Segundo Comodatário.

Cláusula 4.ª

(Obrigações dos Municípios)

Compete aos municípios:

- a. Nomear um interlocutor que acompanhe junto do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, a execução do presente protocolo durante toda a sua vigência;
- b. Zelar, conjuntamente com a CIM Cávado, pelo bom estado de funcionamento do equipamento;
- c. Garantir o reporte trimestral do trabalho mecânico executado pela máquina de rasto à CIM Cávado.
- d. Dar cumprimento ao planeamento anual das intervenções a realizar ao abrigo do Normativo de Utilização da Máquina de Rasto da CIM Cávado;
- e. Executar trabalhos mecânicos de manutenção ou criação de rede viária florestal, em áreas definidas anualmente pelo Gabinete Técnico Florestal Municipal, de acordo com o Programa Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais e os respetivos Programas Municipais de Execução, quando aprovados, ou, na sua ausência, com os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), na extensão aproximada de 100 km por ano, na NUTS III Cávado.

Cláusula 5ª

(Custos Operacionais e Custos Fixos)

1. Constituem custos operacionais de nível transversal da utilização da máquina de rastos:

- a. Seguro da máquina e de responsabilidade civil – danos a terceiros;
- b. Manutenção da MR junto do representante autorizado da marca (plano anual de manutenções).
- c. Avarias decorrentes da utilização, a dividir por todos os municípios mediante o rácio de utilização da máquina de rasto;
- d. Custos jurídicos;



2. Constituem **custos operacionais do município** da utilização da máquina de rastos:

- a. Afetação Recursos humanos;
- b. Combustível/Adblue;
- c) Transporte;
- e. Avarias decorrentes da utilização a dividir por todos os municípios mediante o rácio de utilização da maquina de rasto;

3. A **imputação e repartição destes custos** será efetuada com base nos seguintes critérios:

- a. Previsão de **custos operacionais transversais anuais**, cabimentado no orçamento anual da CIM Cávado e a dividir proporcionalmente pelos 6 municípios;

Tipologia de Despesa	Custo Anual (€)
Seguro da máquina e de responsabilidade civil	2 500,00
Manutenção da maquina	10 000,00
Avarias desgaste normal (1ºano – estimativa)	0,00
Custos jurídicos	1 000,00
Total por município/ano	2 250,00 (ano por municípios)

- b. Previsão de **custos operacionais variáveis** são assumidos pelo utilizador (município) por dia;

Tipologia de Despesa	Custo Total anual (€)	Custo/Dia (256 dias)
Recursos humanos (3 operadores)	52 134,30	203,65
Combustível	50 778,00	198,35
Transporte	10 080,00	39,38
Total por dia de utilização	112 992,30	406,00

4. Com base nestes critérios, a CIM Cávado elaborará anualmente uma tabela de custos fixos por município, a qual servirá de referência para a cobrança das despesas, garantindo equidade e transparência na utilização da máquina.

5. Os danos decorrentes de utilização negligente ou desconforme com o presente Protocolo e com o **Normativo de Utilização e operacionalização da Máquina de Rasto da CIM Cávado** serão integralmente imputados ao Município utilizador.



6. Os custos transversais devem ser previamente aprovados pela CIM Cávado antes da execução da intervenção.

Cláusula 6ª

(Situações Excecionais)

1. Situações urgentes ou excecionais são avaliadas caso a caso pela CIM Cávado.
2. Sempre que aplicável, poderá ser solicitado parecer técnico ao ICNF.

Cláusula 7ª

(Prazos)

1. O presente protocolo tem um prazo de vigência de um ano, sendo automaticamente prorrogado por iguais períodos.
2. O presente protocolo poderá ser denunciado por qualquer das Outorgantes desde que com uma antecedência de 30 (trinta) dias corridos.
- 3 As alterações ao presente Protocolo revestirão sempre a forma escrita, assumindo a forma de aditamento, substituição parcial ou integral do presente Protocolo.

Cláusula 8ª

(Comunicações)

Quaisquer comunicações entre a CIM Cávado e os municípios sobre o protocolo deverão ser endereçadas ao Presidente da CIM Cávado através do endereço eletrónico abaixo identificado:

Comunidade Intermunicipal do Cávado

Presidente do Conselho Intermunicipal do Cávado

Dr. Mário Constantino

E-mail: geral@cimcavado.pt

Cláusula 9ª

(Disposições finais)

1. O presente protocolo entra em vigor após aprovação pelos órgãos competentes dos Municípios e da CIM Cávado.
2. As omissões ao presente Protocolo serão oportunamente analisadas e resolvidas pelos Outorgantes.
3. O presente documento é elaborado apenas num original, assinado por forma digital, sendo depois distribuído pelas Outorgantes.



Os abaixo assinados declaram ter lido e aceite o presente protocolo.

Pelo primeiro outorgante, o Presidente do Conselho Executivo da CIM Cávado

Mário Constantino Lopes

Pelo segundo outorgante, o Presidente da Câmara Municipal de Amares

Emanuel Magalhães

Pelo terceiro outorgante, o Presidente da Câmara Municipal de Barcelos

Mário Constantino Lopes

Pelo quarto outorgante, o Presidente da Câmara Municipal de Braga

João Rodrigues

Pelo quinto outorgante, o Presidente da Câmara Municipal de Esposende

Carlos Silva



Pelo sexto outorgante, o Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro

Manuel João Sampaio Tibo

Pelo sétimo outorgante, o Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde

Julia Fernandes



NORMATIVO DE UTILIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA MÁQUINA DE RASTOS (Bulldozer) da Comunidade Intermunicipal e dos Municípios do Cávado

PREÂMBULO

Considerando que:

- a) Nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 81.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete às Comunidades Intermunicipais assegurar a articulação das atuações entre os Municípios e os serviços da Administração Central nas áreas da segurança e proteção civil;
- b) O território da Comunidade Intermunicipal (CIM) do Cávado apresenta características biofísicas, morfológicas e de ocupação do solo suscetíveis de potenciar a ignição e propagação de incêndios rurais de grande dimensão, impondo-se o reforço da capacidade preventiva e de resposta no âmbito da gestão integrada do risco de incêndio rural;
- c) A prevenção, mitigação e gestão integrada do risco de incêndio rural exigem uma atuação concertada, planeada e tecnicamente sustentada, com racionalização e partilha eficiente dos meios disponíveis à escala intermunicipal;
- d) A CIM Cávado celebrou um contrato de comodato com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF), através do qual lhe foi disponibilizada uma máquina de rastos (Bulldozer — marca Komatsu, modelo D65EX-18E0, n.º de série 96842), adiante designada por MR;
- e) Existe a necessidade de se definirem um conjunto de obrigações e responsabilidades, técnicas e financeiras, que enquadrem o relacionamento entre a Comunidade Intermunicipal do Cávado e os Municípios Associados utilizadores deste equipamento;
- f) O presente normativo constitui anexo técnico ao Protocolo de Gestão Partilhada da Máquina de Rastos, sendo aprovado em reunião do Conselho Intermunicipal, e dele faz parte integrante.



Nos termos considerados anteriormente, é celebrado o presente Normativo de Utilização e operacionalização de articulação e gestão conjunta da máquina de rastos nos territórios da CIM Cávado, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª – Objeto e Âmbito

O presente Normativo Operacional define os procedimentos práticos para a solicitação, utilização, operação e acompanhamento da máquina de rastos (Bulldozer) afeta à Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado), no âmbito das ações de prevenção, mitigação e gestão do risco de incêndios rurais, em conformidade com o contrato de comodato celebrado com o ICNF.

Cláusula 2.ª – Meios e Recursos

1. A Comunidade Intermunicipal do Cávado disponibiliza a máquina de rastos para gestão partilhada entre os municípios da NUTS III Cávado.
2. Compete aos municípios assegurar a disponibilização dos recursos humanos necessários à operação da máquina e assumem a despesa dos custos variáveis definidos na cláusula 9ª.

Cláusula 3.ª Obrigações da CIM Cávado

Compete à CIM Cávado:

- a) Disponibilizar a máquina de rastos aos municípios da NUTS III Cávado;
- b) Acompanhar a execução do presente normativo através da designação de um técnico responsável;
- c) Zelar, conjuntamente com os municípios, pelo bom estado de funcionamento do equipamento;
- d) Promover, em articulação com os Gabinetes Técnicos Florestais Municipais (GTFM), a elaboração de um planeamento anual das intervenções a realizar ao abrigo do presente normativo;
- e) Garantir o apoio técnico à boa implementação do normativo e a articulação com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), sempre que necessário;
- f) Assegurar o seguro da máquina de rastos e a cobertura de eventuais danos de responsabilidade civil decorrentes;



- g) Assegurar a manutenção do equipamento junto do representante autorizado da marca, incluindo revisões, reparações, inspeções periódicas e demais intervenções necessárias, realizadas em tempo útil;
- h) Prestar toda a informação relativa ao cumprimento do presente normativo aos municípios;
- i) Receber e analisar todas as reclamações que os municípios vierem a efetuar sobre o funcionamento do equipamento.

Cláusula 4.ª Obrigações dos Municípios

Compete aos municípios:

- a) Nomear um interlocutor que acompanhe junto do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal (GTFI) a execução do presente normativo durante toda a sua vigência;
- b) Garantir o reporte trimestral do trabalho mecânico executado pela máquina de rastos à CIM Cávado;
- c) Executar trabalhos mecânicos de manutenção ou criação de rede viária florestal, em áreas definidas anualmente pelo GTFM, de acordo com o Programa Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais e os respetivos Programas Municipais de Execução, ou, na sua ausência, com os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), na extensão aproximada de 100 km por ano na NUTS III Cávado;
- d) Comunicar, por escrito e no prazo máximo de 2 dias úteis, à CIM Cávado qualquer deficiência ou mau funcionamento do equipamento;
- e) Proceder ao registo diário das intervenções realizadas no âmbito do planeamento anual elaborado pela CIM Cávado, através de formulário próprio;
- f) Assegurar o transporte da máquina entre municípios, desde o local onde esta se encontra até ao local de trabalho definido, incluindo a coordenação logística, os custos associados e os meios adequados para carga, descarga e deslocação. Em particular:
 - i) O município requerente assegura que o transporte é efetuado por entidade habilitada e com equipamento apropriado, cumprindo todas as normas legais e de segurança aplicáveis;



- ii) Quaisquer danos, avarias ou perdas ocorridos durante as operações de carga, descarga ou transporte são da responsabilidade do município requerente, salvo se for demonstrado que os mesmos resultam de defeito pré-existente devidamente registado;
 - iii) Antes do início do transporte e após a entrega no destino, deve ser elaborado e assinado um auto de entrega e receção, no qual constem o estado da máquina, eventuais anomalias, horas de funcionamento e nível de combustível, servindo este documento como referência para efeitos de responsabilidade e apuramento de danos;
 - iv) A transição de responsabilidade sobre o equipamento ocorre no momento da assinatura do auto de entrega e receção pelas partes envolvidas.
- g) Sempre que o risco de incêndio o justifique e seja identificada a necessidade pelo ICNF, o municípios compromete-se a pré-posicionar o equipamento em local a definir, no território da NUTS III Cávado, garantindo a sua rápida disponibilidade para ações de apoio ao combate a incêndios rurais, dentro das possibilidades logísticas e operacionais do próprio dos municípios.
- h) O incumprimento das obrigações previstas pode determinar a suspensão temporária do acesso ao equipamento.

Cláusula 5.ª - Modelo de Articulação e Gestão

O modelo de articulação e gestão conjunta do presente normativo, define-se da seguinte forma:

- a. A proposta de planeamento anual das intervenções, de cada município deverá ser articulada entre os GTFM e a GTFI e enviada anualmente à CIM Cávado até 15 de novembro;
- b. A CIM Cávado, por intermédio do GTFI, procede à compilação das necessidades de intervenção identificadas pelos municípios e à elaboração do planeamento anual para intervenção na sub-região e apresentar até ao final do ano civil;
- c. No decurso da apresentação do planeamento anual aos municípios, a CIM Cávado poderá sugerir adaptações e alterações que possam vir a melhorar a operacionalização das intervenções;
- d. Todos os pedidos de parecer /autorização necessários no âmbito da intervenção deste equipamento, serão da responsabilidade dos municípios;
- e. O equipamento atuará, apenas, dentro do território da CIM Cávado;



- f. No decurso das intervenções, a CIM Cávado poderá proceder ao acompanhamento das operações com a colaboração dos municípios e/ou ICNF;

Cláusula 6.ª - Critérios de Afetação e Prioridade

1. A máquina de rastos é afeta a cada Município por um **período de 21 dias de trabalho efetivo** seguido, sendo a respetiva calendarização definida pela CIM Cávado, em articulação com os Municípios, de acordo com um princípio de rotatividade equitativa e proporcional.

2. Para efeitos de planeamento, gestão e priorização da utilização da máquina, são definidos os seguintes períodos de funcionamento padrão:

a) **De 1 de janeiro a 30 de junho** – período de **operacionalidade normal**, destinado à execução regular dos trabalhos planeados pelos Municípios;

b) **De 1 de julho a 30 de setembro** – período de **operacionalidade condicionada**, coincidente com a fase mais crítica do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR), durante o qual a máquina pode ser mobilizada prioritariamente para apoio a operações de proteção civil. Sempre que as condições de segurança e disponibilidade o permitam, podem ser executados ou concluídos dias de trabalho previamente calendarizados;

c) **De 1 de outubro a 31 de dezembro** – período destinado à **compensação e regularização de dias de trabalho não executados**, por motivos operacionais, meteorológicos ou de mobilização para incêndios rurais, mediante nova calendarização acordada entre os Gabinetes Técnicos Florestais (GTF) e validada pela CIM Cávado.

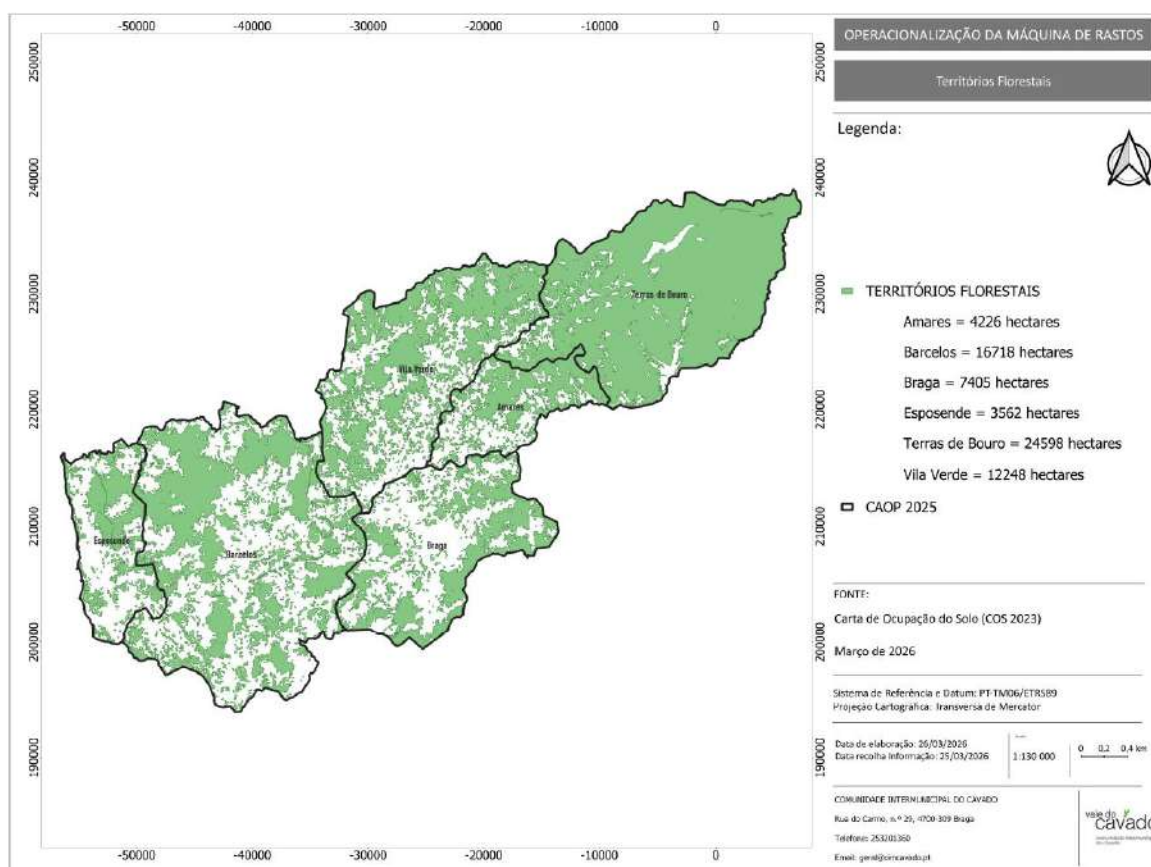
3. Consideram-se dias de trabalho efetivo aqueles em que a máquina executa operações no terreno, devidamente registadas nos termos da cláusula 8.ª, não sendo contabilizados períodos de inatividade por motivos técnicos, meteorológicos ou de indisponibilidade operacional alheios ao Município utilizador.

4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a afetação da máquina de rastos tem a seguinte priorização;

a) Município com maior percentagem de **Territórios florestais** (terrenos ocupados com florestas, matos, pastagens espontâneas, superfícies agroflorestais e vegetação esparsa, segundo as



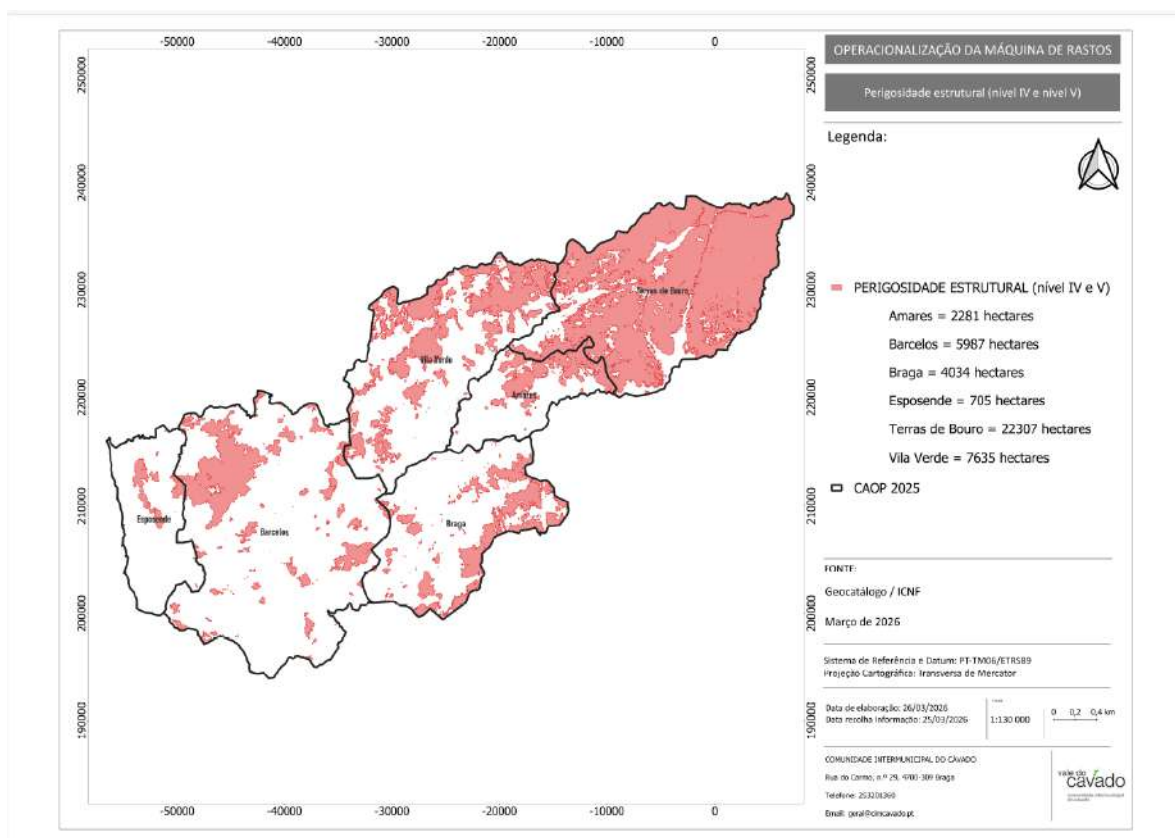
especificações técnicas da carta de uso e ocupação do solo de Portugal continental e compatíveis com os critérios do inventário florestal nacional), de acordo com o decreto-lei 82/2021 de 13 de outubro.



b) Município com maior **percentagem de com perigosidade estrutural** de nível IV e V, (potencial intrínseco e permanente de um território para a ocorrência de incêndios rurais, baseada em fatores fixos como vegetação, relevo e clima histórico).



NORMATIVO DE UTILIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO
Máquina de Rastos (Bulldozer) — CIM Cávado



Os critérios e a sequência de prioridade de utilização estabelecidos no presente normativo foram definidos com base em dados cartográficos e técnicos objetivos, disponíveis publicamente e atualizados, designadamente a Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) e a Carta de Perigosidade de Incêndio Rural (conforme o Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro). Esta metodologia garante que a alocação do recurso mecanizado é sustentada em evidência técnica.



5. De acordo com os pressupostos anteriores e dos critérios técnicos, a sequência e calendarização de utilização da máquina de rastos será a seguinte:

Município	Territórios Florestais (ha)	Perigosidade classes IV e V (ha)	% Risco = $(0,5 * \text{Perigosidade ha} / 0,5 * \text{Florestal ha}) \times 100$	Continuidade no Território	Prioridade de utilização
Terras de Bouro	24 598	22 307	44%	1	1º
Vila Verde	12 248	7 635	18%	2	2º
Barcelos	16 718	5987	19%	3	3º
Braga	7 405	4034	10%	4	4º
Amares	4 226	2 281	6%	5	5º
Esposende	3 562	705	3%	6	6º
TOTAIS	68 757	42 949	100%		

A sequência reflete tanto a dimensão florestal total como a probabilidade e severidade potencial de incêndio.

A ponderação atribuída aos critérios de área florestal e perigosidade foi equivalente, assegurando que a priorização **reflete simultaneamente a dimensão do território a intervir e o nível de risco potencial de ocorrência e propagação de incêndio rural**. Esta metodologia permite direcionar o recurso mecanizado para os territórios onde o impacto preventivo da intervenção é potencialmente mais significativo.

A máquina de rastos (Bulldozer Komatsu D65EX-18E0) constitui um meio mecanizado de elevada capacidade técnica, especialmente vocacionado para intervenções de prevenção estrutural nos caminhos e aciros florestais existentes ou que se venham a considerar necessários abrir território da NUT III Cávado. A sua utilização prioritária justifica-se pelos seguintes fundamentos técnicos:

- I. **Capacidade de intervenção em terreno baixa acessibilidade** – O modelo Komatsu D65EX-18E0, dotado de lâmina semiuniversal e acompanhamento de rastos de elevada aderência, apresenta uma força de tração de 20,4 toneladas-força e capacidade de operação em declives até 35º, tornando-o tecnicamente apto para a abertura e manutenção de faixas de gestão de combustível e caminhos florestais.
- II. **Eficácia na criação e recuperação de rede viária florestal** – A intervenção mecânica constitui a solução tecnicamente mais adequada para a abertura de novos caminhos e recuperação de acessos degradados em áreas rurais, permitindo a criação de pontos de apoio ao combate, aceiros e faixas de gestão de combustível com largura média 3 metros. *A meta de 100 km anuais de rede viária*



florestal na NUTS III Cávado, estabelecida na cláusula 4.ª, será alcançável com recurso sistemático a este tipo de equipamento.

- III. **Recurso de uso partilhado com elevado custo de aquisição e manutenção** – Tratando-se de um equipamento de grande porte, com custos de manutenção anuais relevantes, a sua gestão partilhada à escala intermunicipal representa uma solução de racionalização de recursos públicos plenamente justificada. A utilização partilhada pelos seis municípios da CIM Cávado permite maximizar a taxa de utilização efetiva do equipamento, minimizando períodos de inatividade, e distribui equitativamente os custos operacionais, em conformidade com os princípios de eficiência e economicamente viável que devem reger a gestão dos recursos intermunicipal.
- IV. **Complementaridade com o dispositivo de pré-posicionamento e apoio ao combate** – Para além da sua função preventiva estrutural, a máquina de rastos pode ser mobilizada em fase de combate ativo para a abertura de aceiros de emergência e corte de linhas de fogo, em articulação com o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR). A priorização da sua afetação em função do risco e da área florestal é, por isso, coerente com a lógica de pré-posicionamento estratégico, garantindo que o equipamento se encontra já operacional nos territórios de maior exposição ao risco no início do período crítico de incêndios (1 de julho).

A sequência definida respeita também o critério de **proximidade territorial**, promovendo a deslocação progressiva do equipamento entre municípios contíguos. Esta abordagem contribui para:

- reduzir custos de transporte e tempos mortos de mobilização;
- diminuir o desgaste mecânico associado a deslocações longas;
- aumentar a eficiência global da utilização do meio mecanizado.

6. A calendarização baseada **em períodos de referência de 21 dias operacionais**, por município constitui uma solução equilibrada que permite assegurar rotatividade, previsibilidade na gestão do equipamento e capacidade de resposta a necessidades operacionais locais. Este período poderá, no entanto, ser ajustado em função da área efetiva intervencionada, das condições meteorológicas e da evolução do risco ao longo do período crítico de incêndios rurais.

7. A priorização e calendarização propostas assentam em critérios técnicos objetivos, transparentes e coerentes com as boas práticas de planeamento de meios de prevenção estrutural de incêndios rurais, garantindo uma utilização racional e eficaz da máquina de rastos à escala intermunicipal.



8. A utilização da máquina de rastos será objeto de avaliação anual, com base em indicadores de execução física (km intervencionados), eficiência operacional e contributo para a redução do risco, podendo os critérios de priorização ser ajustados em função dos resultados obtidos.

Cláusula 7.ª - Pedidos de utilização excecionais

1. Os pedidos de utilização da máquina de rastos são apresentados pelo Município interessado, através da plataforma intermunicipal ou por outro meio a definir para o efeito, devendo conter, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

- a. Identificação da área de intervenção, incluindo a respetiva localização georreferenciada;
- b. Enquadramento da intervenção nos instrumentos de planeamento aplicáveis, designadamente PMDFCI, PSA ou DECIR;
- c. Identificação do responsável operacional local, incluindo os respetivos contactos.

2. Os pedidos devem ser submetidos com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis face à data prevista para o início dos trabalhos, exceto em situações excecionais, devidamente fundamentadas e sujeitas a validação pela CIM Cávado.

3. A CIM Cávado informa o Município requerente no prazo de 5 dias úteis, salvo em situações de urgência devidamente reconhecida.

4. A falta de qualquer dos elementos previstos no n.º 1 determina a não apreciação do pedido, ficando o mesmo pendente até à sua regularização.

Cláusula 8.ª - Operação, Entrega, Receção e Registos

1. A máquina de rastos é operada exclusivamente por operador devidamente certificado para condução/utilização de máquina de rastos e previamente validado pela CIM Cávado e/ou pelo ICNF.

2. O operador pode suspender ou recusar a execução de trabalhos sempre que verifique a inexistência de condições de segurança, o incumprimento de normas técnicas aplicáveis ou a desconformidade com o presente normativo, devendo tal decisão ser devidamente fundamentada.

3. Compete ao Município utilizador assegurar, no local da intervenção, todas as condições de segurança necessárias, incluindo acessos adequados, sinalização e acompanhamento técnico da operação.



4. Todas as horas de utilização da máquina, bem como as intervenções realizadas, devem ser obrigatoriamente registadas em plataforma intermunicipal ou noutro meio a definir, assegurando a rastreabilidade, o controlo e a transparência das operações. Para o mesmo efeito, deve ser assegurada a instalação de sistema de geolocalização (GPS) na máquina, permitindo aos Gabinetes Técnicos Florestais (GTF) o acesso à informação relativa aos dias de trabalho executados e à localização das intervenções, de modo a facilitar a articulação intermunicipal, o planeamento dos trabalhos e a gestão de eventuais alterações ou pedidos excecionais.
5. A entrega e receção da máquina de rastos são formalizadas através de ficha eletrónica própria e por correio eletrónico, ficando ambas as partes com comprovativo do registo.
6. A ficha de entrega e receção deve registar, de forma obrigatória, a data, hora e localização da operação, as horas de funcionamento da máquina, o estado visual do equipamento, o nível de combustível, a identificação do operador, eventuais anomalias detetadas e as assinaturas das partes intervenientes.
7. Qualquer avaria, anomalia ou irregularidade detetada deve ser comunicada de imediato à CIM Cávado e registada na ficha eletrónica e por correio eletrónico.

Cláusula 9ª - Custos Operacionais

1. Constituem custos **operacionais de nível transversal** da utilização da máquina de rastos:
 - a. Seguro da máquina e de responsabilidade civil (danos a terceiros);
 - b. Manutenção da MR junto do representante autorizado da marca (plano anual de manutenções).
 - c. Avarias decorrentes da utilização/desgaste normal, confirmado por peritagem;
 - d. Custos jurídicos;
2. Constituem **custos operacionais variáveis** da utilização da máquina de rastos:
 - a. Afetação Recursos humanos;
 - b. Combustível/Adblue;
 - c. Transporte;
3. A imputação e repartição destes custos será efetuada com base nos seguintes critérios:
 - a. Previsão de custos operacionais transversais anuais, cabimentado no orçamento anual da CIM Cávado e a dividir proporcionalmente pelos 6 municípios;



Tipologia de Despesa	Custo Anual (€)
Seguro da máquina e de responsabilidade civil	2 500,00
Manutenção da máquina	10 000,00
Avarias desgaste normal (1ºano – estimativa)	0,00
Custos jurídicos	1 000,00
Total por município/ano	2 250,00 (ano por municípios)

b. Previsão de custos operacionais variáveis são assumidos pelo utilizador (município) por dia;

Tipologia de Despesa	Custo Total anual (€)	Custo/Dia (256 dias)
Recursos humanos (3 operadores)	52 134,30	203,65
Combustível	50 778,00	198,35
Transporte	10 080,00	39,38
Total por dia de utilização	112 992,30	406,00

4. Com base nestes critérios, a CIM Cávado elaborará anualmente uma tabela de custos transversais por município, a qual servirá de referência para a cobrança das despesas, garantindo equidade e transparência na utilização da máquina.

5. Os danos decorrentes de utilização negligente ou desconforme com o presente Normativo serão integralmente imputados ao Município utilizador, após verificação técnica.

6. Os custos transversais devem ser previamente aprovados pela CIM Cávado antes da execução da intervenção.

7. O modelo de repartição de custos visa assegurar equidade, transparência e corresponsabilização na utilização do equipamento.

Cláusula 10.ª - Acompanhamento e Monitorização

1. O presente normativo prevê um conjunto de procedimentos associados ao acompanhamento e monitorização pela CIM Cávado de forma a garantir a boa execução do Normativo.



2. O processo de acompanhamento e monitorização deverá atender ao seguintes procedimentos a assegurar pelos municípios:

- a) O processo de acompanhamento e monitorização da boa execução do Presente normativo realiza-se através da apresentação de relatórios trimestrais por parte dos municípios;
- b) Os relatórios deverão integrar o registo da participação do equipamento nas atividades previstas na cláusula 4.ª, da participação nas ações do Plano de Treino e Formação, bem como das reparações, manutenções e demais intervenções de reposição da funcionalidade dos equipamentos;
- c) Os relatórios devem ser remetidos à CIM Cávado que remete posteriormente ao ICNF.

3. A CIM Cávado elabora e disponibiliza um modelo de relatório trimestral, até 30 dias pós a assinatura deste normativo.

Cláusula 11.ª – Decisão e Comunicação

- 1. A decisão de afetação da máquina compete à CIM Cávado.
- 2. A decisão é comunicada ao Município requerente por via eletrónica.
- 3. Quaisquer comunicações entre outorgantes deverão ser endereçadas por correio eletrónico abaixo identificado.

Contacto Oficial - CIM Cávado
geral@cimcavado.pt

- 4. Em caso de conflito entre pedidos, prevalece a decisão técnica da CIM Cávado, devidamente fundamentada.

Cláusula 12.ª – Situações Excecionais

- 1. Situações urgentes ou excecionais são avaliadas caso a caso pela CIM Cávado.
- 2. Sempre que aplicável, poderá ser solicitado parecer técnico ao ICNF.



CLÁUSULA 13.ª Prazo

1. O presente normativo tem um prazo de vigência de um ano, sendo automaticamente prorrogado por iguais períodos.
2. As alterações ao presente normativo revestirão sempre a forma escrita, assumindo a forma de aditamento, substituição parcial ou integral do presente Normativo e serão comunicadas aos outorgantes do Protocolo entre a CIM Cávado e os Municípios para operacionalização da máquina de rastos

CLÁUSULA 14.ª Disposições finais

1. O presente Normativo entra em vigor após aprovação do Protocolo entre a CIM Cávado e os Municípios para operacionalização da máquina de rastos, pelos órgãos competentes da CIM Cávado e é de cumprimento obrigatório por todos os Municípios.
2. As omissões ao presente normativo serão oportunamente analisadas e resolvidas pelos Outorgantes.

Aprovado no Conselho Intermunicipal de 17 de abril de 2026.



CERTIDÃO

PROCESSO N.º	ÓRGÃO COLEGIAL	DATA DA SESSÃO/REUNIÃO
187/2026	Conselho Intermunicipal	17/04/2026

O Conselho Intermunicipal, em sessão, deliberou, aprovar o seguinte.

PROCESSO 187/2026. PROPOSTA - APROVAÇÃO DO NORMATIVO DE UTILIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA MÁQUINA DE RASTOS (BULLDOZER)

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
-----------	------------------------------

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Para deliberação do Conselho Intermunicipal: Aprovação do Normativo de Utilização e Operacionalização da Máquina de Rastos (Bulldozer).

RESOLUÇÃO

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, conforme documentação anexa ao processo.

Por ser verdade, emite o presente certificado, que vai assinado eletronicamente.

Comunidade Intermunicipal do Cávado, em data de assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



CERTIDÃO

PROCESSO N.º	ÓRGÃO COLEGIAL	DATA DA SESSÃO/REUNIÃO
181/2026	Conselho Intermunicipal	17/04/2026

O Conselho Intermunicipal, em sessão, deliberou, aprovar o seguinte.

PROCESSO 181/2026. PROPOSTA - PROTOCOLO DE GESTÃO PARTILHADA DA MÁQUINA DE RASTOS (BULLDOZER) INTERMUNICIPAL.

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
-----------	------------------------------

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Para deliberação do Conselho Intermunicipal: Protocolo de Gestão Partilhada da Máquina de Rastos (Bulldozer) Intermunicipal.

RESOLUÇÃO

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta Protocolo de Gestão Partilhada da Máquina de Rastos (Bulldozer) Intermunicipal, conforme documento anexo ao processo.

Por ser verdade, emite o presente certificado, que vai assinado eletronicamente.

Comunidade Intermunicipal do Cávado, em data de assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Informação Técnica

Assunto: Operacionalização e Gestão Partilhada da Máquina de Rastos (Bulldozer) Intermunicipal

No seguimento das deliberações aprovadas pelo Conselho Intermunicipal da CIM Cávado, na reunião realizada em 17 de abril de 2026, foi aprovada a implementação de um modelo de gestão partilhada de uma máquina de rastos intermunicipal, marca Komatsu, modelo D65EX-18E, n.º de série 96842, destinada à execução de ações de prevenção estrutural, mitigação e gestão do risco de incêndios rurais.

No âmbito deste modelo de gestão partilhada, foi atribuída a cada município integrante da CIM Cávado uma disponibilidade anual de 21 dias de trabalho, mantendo-se igualmente a afetação prioritária do equipamento para eventuais ações de apoio ao combate a incêndios rurais, sempre que tal se revele necessário.

A presente iniciativa enquadra-se nas atribuições legalmente cometidas aos municípios em matéria de proteção civil e ordenamento do território, conforme parecer emitido pelo Departamento Jurídico em 07 de maio de 2026, e nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

O equipamento em causa encontra-se vocacionado para a execução de trabalhos de abertura e manutenção de faixas de gestão de combustível, beneficiação e manutenção da rede viária florestal, possuindo capacidade operacional para atuar em terrenos com declives até 35 graus, constituindo-se como um recurso relevante no reforço da capacidade municipal de prevenção e resposta aos incêndios rurais.

Nos termos do Normativo de Utilização e Operacionalização da Máquina de Rastos (Bulldozer), os encargos anuais suportados pela CIM Cávado e repartidos proporcionalmente pelos municípios aderentes ascendem ao montante de 2.250,00 € por município/ano, valor que inclui, seguro da máquina, manutenção assegurada pelo representante oficial da marca e encargos de natureza jurídica e administrativa associados ao protocolo.

Para assegurar a operacionalização do equipamento durante o período atribuído ao Município de Braga, foi solicitado orçamento à Associação Florestal do Cávado (AFC), entidade com a qual o

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.





Município mantém já uma relação de parceria institucional e que dispõe de experiência técnica na área da proteção florestal, nomeadamente em operações com recurso a meios mecânicos pesados no âmbito da prevenção, gestão de combustíveis, manutenção de infraestruturas florestais, primeira intervenção, combate e rescaldo de incêndios rurais.

De acordo com o Orçamento n.º 008, apresentado pela AFC, será assegurado o fornecimento de manobrador especializado, operacional de apoio, viatura de apoio, acompanhamento técnico especializado, bem como combustível e AdBlue.

Importa ainda referir que os operacionais afetos à execução destes trabalhos serão exclusivamente dedicados a esta operação, não integrando as equipas de sapadores florestais já abrangidas pelos protocolos de colaboração existentes entre a AFC e o Município de Braga.

O referido serviço contempla um período de 21 dias de trabalho, considerando jornadas diárias de 7 horas, pelo valor global de 15.069,70 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Importa ainda referir que o serviço de transporte especial da máquina não se encontra incluído no orçamento acima referido, sendo este serviço faturado autonomamente ao valor de **140,00 €/hora**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Para efeitos de estimativa de encargos, prevê-se a realização de **4 serviços de transporte**, com uma duração média estimada de **2 horas cada**, perfazendo um total de **8 horas de serviço**. Assim, estima-se um encargo adicional de aproximadamente **1.120,00 €**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Nestes termos, o encargo anual estimado para o Município de Braga ascende ao montante aproximado de **18.439,70 €**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor aplicável aos serviços contratados.

Face ao exposto, a adesão a este protocolo revela-se a opção mais eficiente e rentável para dotar o Município de um meio pesado de rastros atualmente inexistente no parque de máquinas municipal, essencial para a prevenção estrutural e mitigação do risco de incêndios rurais. O encargo global estimado de 18.439,70 € (acrescido de IVA) assegura 21 dias de operação com uma solução «chave-na-mão» (que inclui equipa, logística de apoio e disponibilidade prioritária em emergência).

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.





Esta opção contrasta com a inviabilidade de aquisição de um equipamento próprio, cujo investimento inicial ultrapassaria os 150.000,00€ associado a elevados custos fixos anuais. Paralelamente, demonstra-se mais competitiva do que a contratação isolada no mercado privado, cuja estimativa, apenas para o aluguer base da máquina e manobrador, situar-se-ia entre os 13.200€ e os 19.100€ (considerando um rácio de 90€ a 130€/hora), aos quais ainda acresceriam os custos de logística, viatura e equipa técnica de apoio que a presente proposta já garante.

Atendendo a esta evidente relação custo-benefício, **propõe-se que seja superiormente autorizada a realização desta despesa** e solicitado o correspondente **cabimento orçamental prévio**.

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

